



CAMPONESES E A CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR NA PARAÍBA: ENTRE DISPUTAS, RETROCESSOS E ESPERANÇAS

Aline Barboza de Lima

RESUMO

Neste artigo, analisamos a construção da soberania alimentar pelo campesinato, a partir das diferenças entre os termos segurança e soberania alimentar e sua relação com as diferentes classes sociais. A partir da crise econômica e política de 2015, procuramos relacionar as políticas públicas de combate à fome com os indicadores de segurança alimentar. Realizamos uma revisão de literatura sobre segurança alimentar, soberania alimentar, classes camponesas e relações capitalistas no campo. Além disso, identificamos atividades realizadas no estado da Paraíba por associações camponesas que constroem ações ligadas à soberania alimentar. A partir dos estudos, observamos que a redução nos indicadores de segurança alimentar no Brasil, e em particular no estado da Paraíba, reflete os cortes governamentais em políticas públicas de combate à fome, além da paralisação da reforma agrária.

Palavras-chaves: Soberania alimentar; camponeses; políticas públicas de combate à fome.

PEASANTS AND BUILD OF FOOD SOVEREIGNTY IN PARAÍBA: BETWEEN DISPUTES, REGRESSION AND HOPES

ABSTRACT

In this article we analyze the construction of food sovereignty by the peasantry, considering the differences between expressions food security and food sovereignty and their relationship with different social classes. Since the economic and political crisis of 2015, we sought to relate public policies against hunger with food security indicators. We carried out a literature review on food security, food sovereignty, peasant classes and capitalist relations in the countryside. In addition, we identified activities carried out in the state of Paraíba, northeastern Brazil, by peasant associations that build food sovereignty. Based on the studies, we observe that the reduction in

food security indicators in Brazil, and in the state of Paraíba, reflects the government cuts in public policies against hunger and the paralysis of agrarian reform.

Keywords: Food sovereignty, peasants, public policies against hunger.

INTRODUÇÃO

A estrutura agrária capitalista brasileira esteve historicamente voltada para o comércio exterior, alicerçada a partir de uma organização econômica que fez e faz largo uso de recursos naturais e humanos. Nesse processo, formou-se uma classe latifundiária que passou a drenar para si um conjunto de favorecimentos e arranjos políticos, mantidos pela via do poder econômico e assegurados pelo uso da violência (LIMA, 2017).

Os efeitos desse processo tornaram-se patentes na estrutura fundiária brasileira. Em 2020, o Censo Agropecuário completou cem anos de existência com a realização de várias edições. Recorrentemente, os dados apresentados pelos censos comprovaram uma elevada concentração de terras no país.

É por essa razão que a construção da soberania alimentar no Brasil encontra-se intrinsecamente relacionada ao processo de luta pela terra. A classe camponesa que esteve implicada com todos os segmentos da produção agrícola tem reivindicado ao longo dos anos o direito ao acesso à terra para reproduzir o seu meio de vida. Nesse processo de luta, constituíram-se as bases do significado de soberania alimentar para os movimentos sociais do campo (OLIVEIRA, 2016; LIMA, 2017; PAULINO, 2015).

Desse modo, o objetivo do trabalho foi analisar a construção da soberania alimentar pelo campesinato, considerando as diferenças entre os termos segurança e soberania alimentar e sua relação com as diferentes classes sociais. Nesse sentido, a partir da crise econômica e política de 2015, procuramos relacionar as políticas públicas de combate à fome com os indicadores de segurança alimentar.

A partir da revisão de literatura sobre segurança e soberania alimentar, identificamos um conjunto de discussões que apresentaram uma contextualização histórica desses termos (SILVA, 2014; OLIVEIRA, 2016; LIMA, 2019; PAULINO,

2015). Além disso, consultamos autores que lançam luz sobre a compreensão desses processos a partir das relações capitalistas no campo e suas consequências para a classe camponesa (RECLUS, 2010; SHANIN, 2013 e OLIVEIRA, 2007). Consultamos ainda os seguintes dados oficiais: Número de estabelecimentos por hectare no Censo Agropecuário (2017), recursos destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, 2014 - 2020), Indicadores de Segurança Alimentar no Brasil e na Paraíba (IBGE, 2004 - 2018), Cadastro Nacional de Produtores de Orgânicos (CNPO, 2015 - 2021). Finalmente, identificamos atividades realizadas no estado da Paraíba por associações camponesas que realizam ações ligadas à soberania alimentar a partir de trabalhos de campo desenvolvidos durante pesquisa de doutorado (LIMA, 2017), bem como pesquisa documental para atualização de dados.

CONCEITUAÇÕES DE SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR: ENTRE INTERESSES E DISPUTAS

Uma consequência das duas guerras mundiais do século XX foi o agravamento da fome. O esforço conjunto entre nações para solucionar essa questão trouxe centralidade ao conceito de segurança alimentar. Nesse contexto histórico, o combate à fome esteve permeado por inúmeros interesses e disputas territoriais, conforme analisou Silva (2014, p. 9):

Nesse delicado cenário, os Estados Unidos, líder do bloco capitalista, viu-se na necessidade de fortalecer sua área de influência em todos os continentes, para frear a expansão do domínio comunista liderado pela União Soviética. Nessa guerra de posições, a fome e a pobreza deveriam ser combatidas por meio de cooperações internacionais, para evitar que se configurassem quadros de instabilidade social e política em países pobres que pudessem desencadear processos revolucionários. Portanto, o combate à fome em escala internacional passou a ser um elemento estratégico importante no jogo de disputas pelo controle geopolítico mundial (SILVA, 2014, p.9).

De acordo com Silva (2014), um evento que marcou a inserção do tema da fome na agenda internacional foi a realização da Conferência de Alimentação de *Hot Springs*, nos Estados Unidos, em 1943. Como um dos resultados desse evento, ocorreu a criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – *Food and Agriculture Organization* (FAO), em 16 de outubro de 1945 (SILVA, 2014).

A I Conferência Mundial de Alimentação das Nações Unidas ocorreu em Roma, no ano de 1974. As avaliações discutidas nesse encontro enfatizavam a deficiência de

produção de alimentos nos países em desenvolvimento e a necessidade de adoção de tecnologias para modernização do setor agrícola por via do que ficou conhecido como Revolução Verde.

Os interesses geopolíticos infiltraram-se na questão da fome e as soluções encontradas passaram a ser guiadas por interesses econômicos privados. Howard (2007) analisou que a difusão da química na agricultura atendeu aos interesses industriais criados em tempos de emergência nacional:

As indústrias ocupadas na fixação de nitrogênio atmosférico para a produção de explosivos, durante a I Guerra Mundial, tiveram que encontrar outros mercados; o uso de fertilizantes de nitrogênio na agricultura aumentou e, até hoje a maioria dos agricultores ocidentais baseia seus programas de adubação nas formas mais baratas de nitrogênio (N), fósforo (P), e potássio (K), disponíveis no mercado (HOWARD, 2007, p. 46).

Uma preocupação central dos países foi mitigar os prejuízos financeiros causados pelo fim das guerras mundiais na indústria química. Nesse contexto, as tecnologias adotadas na agricultura não tinham de fato o compromisso em criar uma prática agrícola mais eficiente e saudável. A incorporação de herbicidas na agricultura é um exemplo emblemático desse processo, pois essas substâncias eram amplamente usadas como armas químicas¹.

As consequências dessa prática de guerra ecoam até hoje entre as populações vitimadas. A briga judicial contra a Monsanto e a *Dow Chemicals*, empresas responsáveis pela produção do chamado Agente Laranja, reúne milhares de queixas que envolvem graves deformações genéticas, mutilações, câncer e morte entre a população do Vietnã (OLIVEIRA, 2021).

No Brasil, apesar do esforço da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais para barrar a liberação das sementes transgênicas resistentes ao herbicida 2,4-D, um dos componentes do Agente Laranja, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança autorizou o plantio no ano de 2015.

Um fato que ocorreu em abril de 2021, no estado do Maranhão, fez relembrar a histórica relação entre os venenos e seu uso bélico. No município de Buriti, a comunidade

1 A arma química utilizada pelo Exército dos Estados Unidos de 1962 até o final da guerra, em 1973, era composta de dois herbicidas, o 2,4,5-T e 2,4-D, sendo este último atualmente o segundo mais vendido no Brasil (OLIVEIRA, 2021, p.1).

de Araça foi vítima de pulverização aérea praticada por responsáveis pela Fazenda São Bernardo, Belém e Brejão, propriedades da família de sojicultores Introvini. O crime deixou uma criança ferida e afetou a saúde de moradores, que sofreram pressão para abandonar as suas terras (ARANHA E FREITAS, 2021).

Essas são faces da chamada modernização agrícola. Ao mesmo tempo que envolvem tecnologias avançadas para a obtenção de altos índices de produtividade, destinadas à acumulação de capital, podem ser usadas como veículo de disseminação de violência contra a população que vive no território e dele necessita para garantir a permanência de suas formas de vida.

A segurança alimentar adotada dentro desse contexto trouxe consigo esse conjunto de contradições. De acordo com Oliveira (2016, p.123):

O neoliberalismo retirou a noção de segurança alimentar da área da saúde pública, onde o conceito foi formulado, fundado na qualidade dos alimentos, e levado para a área das políticas públicas de abastecimento alimentar. Assim, no dicionário neoliberal, não se fala mais de soberania alimentar, mas sim de segurança alimentar (OLIVEIRA, 2016, p. 123).

Analisar essa realidade é necessário para compreender a existência de pessoas afetadas pela fome na nossa sociedade. De acordo com Oliveira (2016), o processo de mundialização do capitalismo monopolista transformou a agricultura capitalista. A partir de orientações neoliberais, subsídios destinados aos camponeses foram combatidos e os estoques governamentais de alimentos passaram a ser reduzidos. Enquanto isso, as empresas monopolistas mundiais tornaram-se as principais reguladoras do abastecimento alimentar dos países (OLIVEIRA, 2016). Esse processo tem ocorrido através da monopolização do território e da territorialização do capital. De acordo com Oliveira (2007, p.80):

Na agricultura, o capital ora controla a circulação subordinando a produção, ora se instala na produção subordinando a circulação. Aliás, uma engendra a outra. Como consequência desse movimento contraditório, temos o monopólio do capital ora na produção, ora na circulação. Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte do seu capital (OLIVEIRA 2007, p. 80).

Essa é uma face contraditória da agricultura, que nos permite compreender relações não capitalistas de produção dentro do próprio desenvolvimento capitalista. As

disputas entre as classes sociais são o pano de fundo das discussões que envolvem a soberania alimentar.

Lima et al (2019) avaliou a segurança alimentar a partir da ajuda humanitária internacional para áreas em situação de calamidade. Nessa perspectiva, identificou ações que não tinham apenas interesses humanitários, mas buscavam abrir caminho para o desenvolvimento de mercados externos, principalmente para produção de transgênicos. O autor analisou os pacotes de ajuda dos Estados Unidos para países da África que viviam uma grave situação de desabastecimento no início do século XX.

Além disso, consoante à sua história, o desenvolvimento de mercados externos também seria um objetivo da ajuda. Quanto mais países permitirem o cultivo, o consumo e o comércio de transgênicos, mais mercados poderão ser atingidos pelos norte-americanos. Isto é, a ajuda alimentar geneticamente modificada poderia ser uma maneira de introduzi-los indiretamente, forçando uma situação que leve à condição de permissão, abrindo possibilidades econômicas nos campos da produção, do comércio e da tecnologia (LIMA et al, 2019, p.129).

Essa questão envolveu a expansão do comércio de sementes transgênicas. Países como Angola e Zâmbia chegaram a impor restrições ao recebimento desses alimentos, pelas problemáticas que poderiam causar, como contaminação das sementes locais e problemas de saúde na população já fragilizada.

Naquele ano, porém, os países da região colocaram, de forma inesperada, empecilhos de diversos graus ao recebimento de ajuda alimentar. Alguns deles somente aceitaram os grãos de milho moídos, de modo que não pudessem ser utilizados como sementes, como foi o caso de Angola, que apenas em 2004 alterou sua legislação para receber a ajuda nesses termos. Zâmbia, mais radical, rejeitou completamente as doações dos EUA e do Canadá porque os pacotes destinados à região continham milho transgênico (LIMA et al, 2019, p.121).

Ocorreram ainda doações de alimentos que não eram aprovados para consumo nos EUA, como o milho *StarLink* e o arroz *LibertyLink*. Entre 2002 e 2005, países como Bolívia, Equador, Guatemala, Nicarágua, e países da África Ocidental, como Camarões, Burkina Faso e Serra Leoa receberam essas doações (LIMA et al, 2019).

Em 2010, uma manifestação camponesa no Haiti reuniu 20.000 pessoas que tentavam recusar a doação de sementes da Monsanto, com receio de contaminação das sementes locais e do controle gerado pela multinacional (MILFORT, 2020).

Entre os anos de 2012 e 2017, a região Nordeste do Brasil enfrentou um ciclo de estiagem que causou uma redução dos estoques de grãos. Nesse contexto, a ajuda oferecida pelos estados a partir da distribuição de sementes também fez uso de

transgênicos. De acordo com a Associação do Semiárido (ASA), foi confirmado que milho transgênico entrou na Paraíba pela venda para ração realizada pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), que trouxe grãos transgênicos do Mato Grosso e Goiás. Camponeses que realizam um trabalho de guarda individual e coletiva de sementes crioulas tiveram algumas sementes contaminadas, mas conseguiram frear a contaminação pela estratégia da guarda coletiva e das trocas de sementes, trabalho realizado há décadas na região (ANA, 2012).

Esses exemplos de ajuda humanitária alimentar e de políticas públicas de combate à fome nas primeiras décadas do século XXI expõem que as ações voltadas para a segurança alimentar continuam atreladas a interesses privados estabelecidos desde a segunda metade do século XX.

É nesse contexto que os movimentos sociais do campo reivindicam a soberania alimentar. Os camponeses que vivem em regiões de elevada pobreza vivenciam o impedimento do acesso à terra e compreendem os riscos potenciais de contaminação de suas sementes crioulas via polinização cruzada e diminuição da biodiversidade. De acordo com Paulino (2015, p.179):

A pertinência de uma reflexão crítica sobre o conceito de segurança alimentar que culmine numa maior atenção ao debate sobre soberania alimentar é parte desse corolário, dado que as relações que envolvem a produção e o consumo são complexas a tal ponto que a abordagem orientada pela noção de abastecimento alimentar se mostra insuficiente tanto quanto a prática por ela instaurada. De antemão é preciso pontuar que o conceito de soberania alimentar aqui evocado é produto da práxis, porque forjado nos enfrentamentos de classe em que a dimensão empírica expressa-se na luta por terra/território e a dimensão teórica revela-se no dissenso acerca da sua importância e pertinência, patenteados na conceituação-desconceituação do campesinato.

Desse modo, a construção da soberania alimentar está efetivamente ligada à luta de camponeses, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, e todos aqueles que na organização da vida e do trabalho foram privados de alguma dimensão essencial que configura seu modo de existência, como o acesso à terra, à água, às florestas e às sementes locais. Nesse âmbito, a soberania alimentar integra os direitos humanos, conforme analisou Oliveira (2016, p.453):

Do ponto de vista dos agricultores, falar de direitos humanos envolve a liberdade de produzir e de viver de acordo com as suas escolhas - aqui se encontra a essencialidade de se discutir o livre acesso à agrobiodiversidade. Temos que repensar se esse é o modelo de agricultura que de fato a sociedade

brasileira quer, ainda mais sob o aspecto da soberania e da segurança alimentar (OLIVEIRA, 2016, p.453).

Nesse contexto, a Via Campesina é um exemplo de movimento camponês internacional que tem pautado o debate da soberania alimentar de forma central. Na Conferência Mundial de Alimentação de 1996, o movimento definiu soberania alimentar como:

O direito das pessoas de produzir de forma autônoma alimentos saudáveis, nutritivos, climática e culturalmente adequados, usando recursos locais e por meios agroecológicos, principalmente para atender às necessidades alimentares locais de suas comunidades (VIA CAMPESINA, 2021).

No ano de 2021, a Via Campesina celebrou 25 anos de esforços e campanhas em prol da soberania alimentar. Nesse tempo, o movimento avaliou que obteve muitos avanços e conquistas em várias partes do mundo. Todavia, destacou que a agricultura industrial tem exercido pressão para fazer avançar seus projetos corporativos. Nesse sentido, o movimento social reforçou a necessidade de somar esforços para visitar e renovar o direito à soberania alimentar, garantindo a sua continuidade (VIA CAMPESINA, 2021).

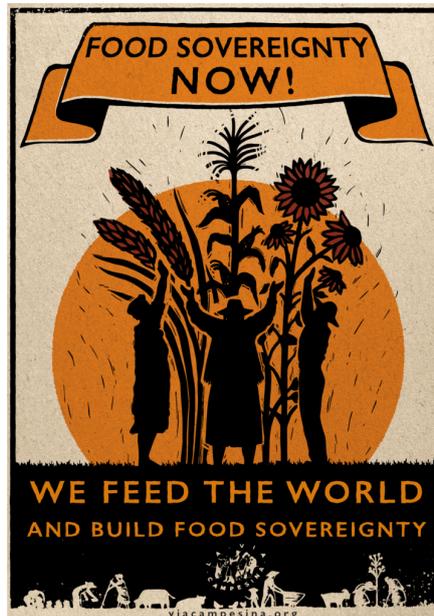


Figura 1: Cartaz comemorativo da Via Campesina “Soberania Alimentar Já! Nós alimentamos o mundo e construímos a soberania alimentar”, 2021. Fonte: VIA CAMPESINA, 2021.

Assim, segurança e soberania alimentar possuem diferenças fundamentais, ressignificadas pelo avanço da mundialização do capitalismo monopolista. Além disso, a Via Campesina alerta que o termo soberania alimentar tem sido incorporado por

governos, forças de extrema direita e algumas ONGs, mas, na prática, essas instituições têm deixado de lado os objetivos dos movimentos camponeses e indígenas (VIA CAMPESINA, 2021).

Desse modo, entendemos que a questão da fome no mundo tem sido usada para beneficiar corporações privadas, através de uma construção ideológica de desenvolvimento e segurança, por meio da qual o capitalismo monopolista justifica e implementa soluções que em nada se relacionam com as reais necessidades das pessoas. A violência é a marca desse processo, materializada na própria fome, mas também na morte, nas doenças e na degradação ambiental e finalmente na violação sistemática dos direitos humanos.

OBSTÁCULOS NA CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR: ENTRE CRISES E RETROCESSOS

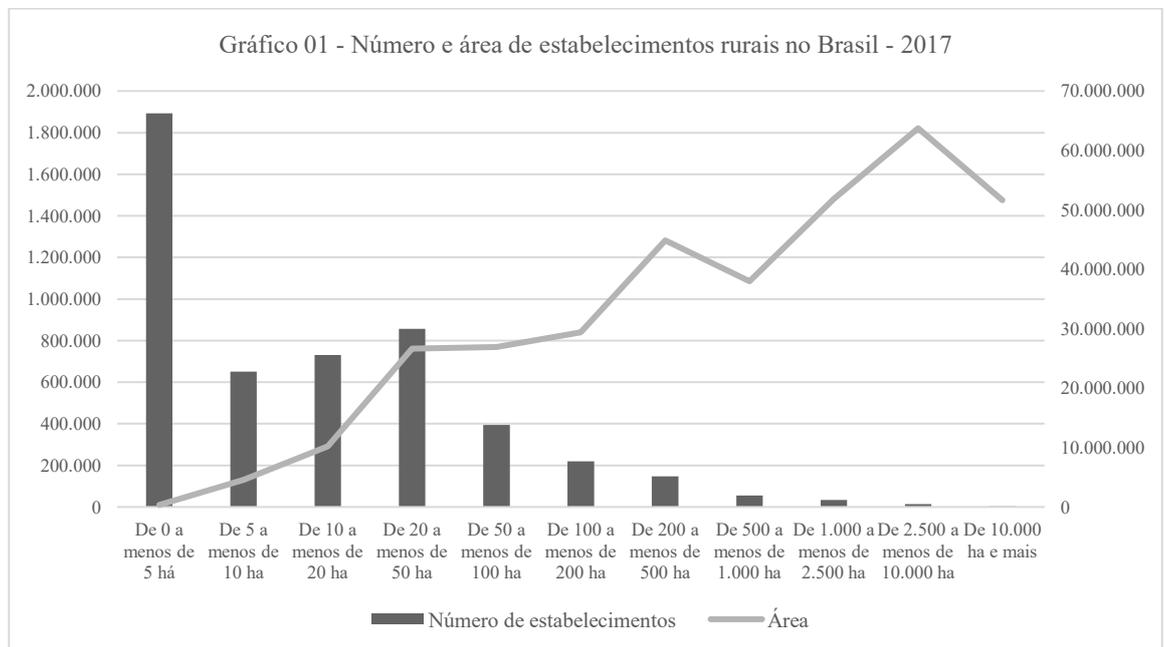
No ano de 2013, ativistas, acadêmicos, agricultores e representantes de ONGs reuniram-se na conferência internacional “Soberania Alimentar: diálogos críticos”² na Universidade de Yale (EUA), para debater o conceito de soberania alimentar à luz da ciência. Nessa ocasião, Paul Nicholson, um representante da Via Campesina, chamou atenção para a soberania alimentar não ser uma elaboração acadêmica, mas uma necessidade concreta na vida dos camponeses (NICHOLSON, 2013). Nesse contexto, a luta pela soberania alimentar materializa-se no enfrentamento das cíclicas crises capitalistas que empobreceram os camponeses de forma sistemática.

No Brasil, esse processo de enfrentamento ocorreu historicamente relacionado à tentativa de acesso à terra, cuja concentração tornou-se mais exposta na deflagração dos conflitos fundiários. Desse modo, a partir do processo de sujeição da renda da terra ao capital, a propriedade privada foi usada cada vez mais como fonte de acumulação, culminando com o agravamento da desigualdade social. Nesse âmbito, Reclus (2010) já analisava que mesmo com a incorporação dos avanços técnicos desenvolvidos pela agronomia, a existência do latifúndio resultava no aumento da pobreza:

² A conferência foi organizada pelo Programa de Estudos Agrários da Universidade de Yale e The Journal of Peasant Studies em colaboração com Food First, Iniciativas em Estudos Agrários Críticos / Instituto Internacional de Estudos Sociais (Haia), Instituto Transnacional (Amsterdã), Projeto de Alimentos Sustentáveis de Yale e Yale South Asian Studies, com o apoio do Kempf Fund.

Se ilustres agrônomos, que eram ao mesmo tempo grandes proprietários, introduziram em certos países excelentes métodos de cultura, se eles trataram seus campos com ciência, como fábricas de produtos químicos nas quais se aplicam os mais recentes procedimentos, tornaram conhecidas novas espécies de plantas ou animais, ou então praticaram invenções ignoradas antes deles, não se deve contudo esquecer que o latifúndio, em sua essência, comporta fatalmente a privação da terra para a maioria: se alguns têm muito é porque a maioria não tem mais nada (RECLUS, 2010, p. 70).

No censo agropecuário de 2017, o número de estabelecimentos com menos de 5 hectares foi de 1.892.967 imóveis, ocupando uma área de aproximadamente 3,4 milhões de hectares. No outro extremo, havia 2.450 imóveis com mais de 10.000 hectares, que concentraram sozinhos um total de aproximadamente 51,6 milhões de hectares, conforme demonstrado no gráfico 1.



Fonte: Censo Agropecuário 2017, IBGE. Organização: Autora, 2021.

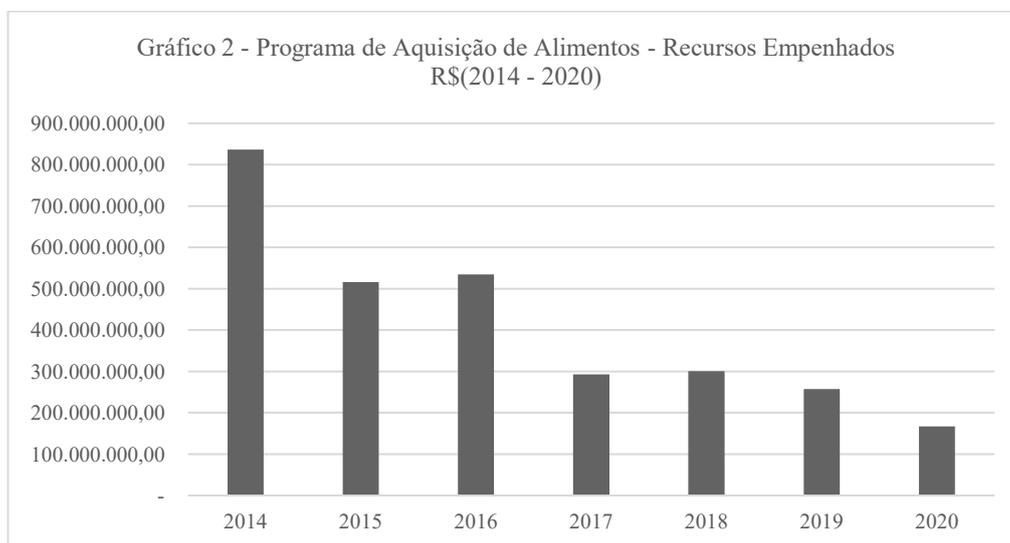
A desigualdade de acesso à terra no Brasil tem condenado milhares de camponeses a viverem em condições precárias, pioradas pela baixa oportunidade de obtenção de crédito e pela ausência de serviços essenciais nas áreas rurais. Apesar dessa situação, a reforma agrária encontra-se paralisada e aumentou a vulnerabilidade de comunidades em terras indígenas e quilombolas (MPF, 2021).

Desse modo, o controle da terra, tanto no campo, como na cidade, atende cada vez mais aos interesses do capital financeiro e viola os direitos estabelecidos

constitucionalmente. É a partir dessa conjuntura que compreendemos a escalada de desmontes enfrentados no Brasil. Esses retrocessos buscam atingir um conjunto de conquistas sociais estabelecidas a partir de uma longa luta de movimentos sociais e da sociedade civil organizada. Direitos sociais garantidos e políticas públicas estabelecidas têm sido alvo de ataques pela plutocracia estabelecida no país.

No início do século XX, na ausência de uma política efetiva de reforma agrária, os programas sociais de combate à fome constituíram-se numa alternativa para amenizar a situação de pobreza. No âmbito do campesinato, tiveram papel importante o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei 11.947 de 2009. Ambos foram responsáveis por destinar recursos para a agricultura familiar e melhorar indicadores de segurança alimentar no país.

Por meio do PAA, os órgãos compram os alimentos dos camponeses e destinam às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, à rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino. Todavia, a partir de 2015, os valores destinados ao PAA começaram a ser significativamente reduzidos, conforme expresso no gráfico 2.



Fonte: Portal da Transparência – Governo Federal, 2021. Organização: Autora, 2021.

O desmonte dessas políticas públicas confluiu para uma situação ainda mais adversa causada pela COVID-19. No ano de 2020, o mundo começou a enfrentar uma pandemia causada pelo vírus SARS-Cov2. A conjunção entre a pandemia, o descaso da atuação do Governo Federal e a crise econômica causou uma tragédia no país. Em quinze meses, mais de 500.000 pessoas foram vitimadas, fazendo o país ocupar o segundo lugar no ranking mundial de número de mortes (MAGENTA, 2021).

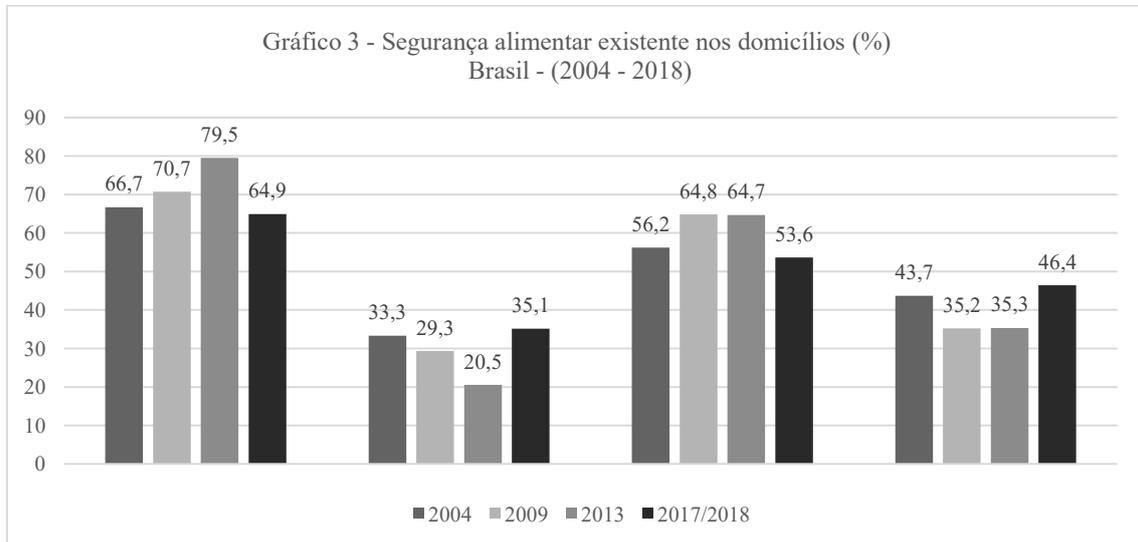
No âmbito da agricultura, a crise teve duas faces. Do lado do agronegócio, a crise impulsionou ganhos com a exportação de *comodities*, especialmente para a China, que buscou fortalecer seus estoques de alimentos³. Para a população mais pobre, a crise se manifestou no aumento da fome, agravada pelo desemprego, pela inflação dos alimentos e pela ausência de programas de assistência social, políticas públicas e agrárias.

Nesse contexto, vários estudos constataram a volta do Brasil ao mapa da fome, de onde tinha saído desde 2014, a partir de uma melhoria gradativa de indicadores iniciada em 2001. O “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil” foi realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) e constatou que a fome atingiu 19 milhões de brasileiros em 2020. A parcela faz parte de 116,8 milhões de pessoas que conviveram com algum grau de insegurança alimentar, o que representa 55,2% dos lares do país (Carta Capital, 2021).

No estudo de Teixeira et al (2021), sobre os efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil, os pesquisadores chegaram à conclusão que os dados indicaram significativa ocorrência de insegurança alimentar “entre 59,4% dos domicílios pesquisados no período da pandemia de agosto a dezembro de 2020, (admitindo-se aqui a soma das categorias insegurança alimentar leve, 31,7%, moderada, 12,7%, e grave, 15,0%)” (TEIXEIRA, et al, 2021, p.39).

3 “O agronegócio brasileiro vive um bom momento dentro e fora da porteira em 2020. Com exportações aquecidas, é o único setor da economia que tem conseguido bom desempenho em meio à pandemia do novo coronavírus. Reflexo disso está na soja, principal produto do agro brasileiro e item mais exportado pelo país. E com dólar valorizado e grande procura da China, agricultores estão antecipando a venda do grão que só vai ser colhido no começo de 2022, um fato inédito” (TOOGE, 2020).

Cabe destacar que os dados de insegurança alimentar apresentados pelo IBGE em 2020 apontaram para um agravamento da situação de insegurança alimentar entre os anos de 2017 e 2018, ou seja, antes da pandemia, conforme representado no gráfico 3.



Fonte: IBGE Análise da segurança alimentar no Brasil, 2020. Organização: Autora, 2021.

Desse modo, a partir da correlação dos dados dos gráficos 1, 2 e 3, observamos um período de retrocessos, associado à ausência de reforma agrária, priorização da produção de *commodities*, retirada de recursos de políticas públicas para a agricultura camponesa e um consequente aumento da insegurança alimentar. Os dados apresentados pela pesquisa do IBGE indicaram ainda que a insegurança alimentar se relacionou a uma situação de desigualdade social e regional, visto que as áreas rurais apresentaram dados piores em comparação às áreas urbanas.

Além disso, as regiões Norte e Nordeste do país foram as que tiveram os piores indicadores, pois “apresentaram as menores proporções de domicílios particulares em segurança alimentar (43,0% e 49,7%, respectivamente), de modo que menos da metade dos moradores destas regiões tiveram acesso pleno e regular aos alimentos, tanto quantitativamente como qualitativamente” (IBGE, 2020, p.31).

Os indicadores de gênero e raça demonstraram maior vulnerabilidade entre mulheres e pessoas autodeclaradas pretas e pardas. “Quando o foco de comparação muda para a cor ou raça da pessoa de referência, aqueles domicílios cuja pessoa de referência

se declarou parda são os que apresentaram os maiores percentuais em todos os níveis de insegurança alimentar” (IBGE, 2020, p.38).

Na esfera política, apesar do aumento da miséria, da fome e do desemprego, intensificou-se a pressão para alterar ou suprimir conquistas sociais ou direitos adquiridos. Essas ações têm sido constituídas em diversas frentes, mas interligam-se em uma unidade de interesses corporativos do setor agroindustrial.

Um exemplo dessas pressões é a proposta de Emenda Constitucional n. 80 de 2019, que propõe rever a garantia constitucional da função social da terra, a partir de redefinições e flexibilizações (DANTAS, 2021). A função social da terra constitui-se elemento fundamental na luta pela democratização do acesso à terra e legitima a ação de vários movimentos sociais.

No campo das políticas públicas, além da retirada de recursos, como destacado no caso do PAA, diversos projetos de lei pressionam para a alteração ou mesmo supressão de artigos que asseguram direitos aos camponeses, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. A extinção de órgãos como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) no ano de 2019 e a fragilização da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) também integram a agenda de desmonte.

No ano de 2020, através da Nota Técnica nº 42/2020, o Ministério da Agricultura solicitou urgência na revisão do Guia Alimentar para a População Brasileira, no sentido de revisar a recomendação quanto a evitar o consumo de alimentos ultraprocessados. O referido guia foi editado pelo Ministério da Saúde em 5 de novembro de 2014 e classificou alimentos conforme grau de processamento, cuja recomendação principal foi a necessidade de diminuição de alimentos ultraprocessados na dieta, para melhorar a saúde e diminuir os riscos de doenças crônicas, como hipertensão e diabetes (BRASIL, 2014). Desse modo, a tentativa de revisão respondeu aos interesses da indústria de alimentos, no sentido de proteger objetivos comerciais possivelmente afetados pelas orientações alimentares propostas no guia.

Assim, o setor agroindustrial em invés de direcionar esforços efetivos no sentido de atender orientações para a redução de gorduras, sais e conservantes nos alimentos industrializados, buscou alterar tais orientações. Além disso, uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) no ano de 2020 detectou a presença de agrotóxicos (principalmente glifosato) em algumas marcas de alimentos industrializados,

como bebidas à base de soja, biscoitos de água e sal, bolachas recheadas e salgadinhos de milho (IDEC, 2021).

Nesse contexto, as empresas monopolistas mundiais têm atuado no sentido de influenciar normas e legislações para atender aos interesses corporativos, à custa da população, seja do campo, seja da cidade. Historicamente, a atuação do Estado favoreceu essas corporações para o avanço da acumulação capitalista. O enfrentamento dessa realidade desigual tem ocorrido a partir das lutas dos movimentos sociais do campo pela reforma agrária, pela criação de políticas públicas e pela defesa da soberania alimentar.

CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR: ENTRE LUTAS E ESPERANÇAS

Sobre a discussão da soberania alimentar, Shanin (2013) analisou que o pano de fundo da questão é a diferença de classes dentro da sociedade e o confronto entre elas. Nesse sentido, chamou a atenção para a construção ideológica do conceito de progresso e a necessidade de enfrentá-lo na luta contra o neoliberalismo e a favor da humanidade. O referido autor reforçou a importância de conhecer o que acontece nas classes camponesas, para além dos muros da universidade. Assim, é nesse contato que podemos compreender a soberania alimentar.

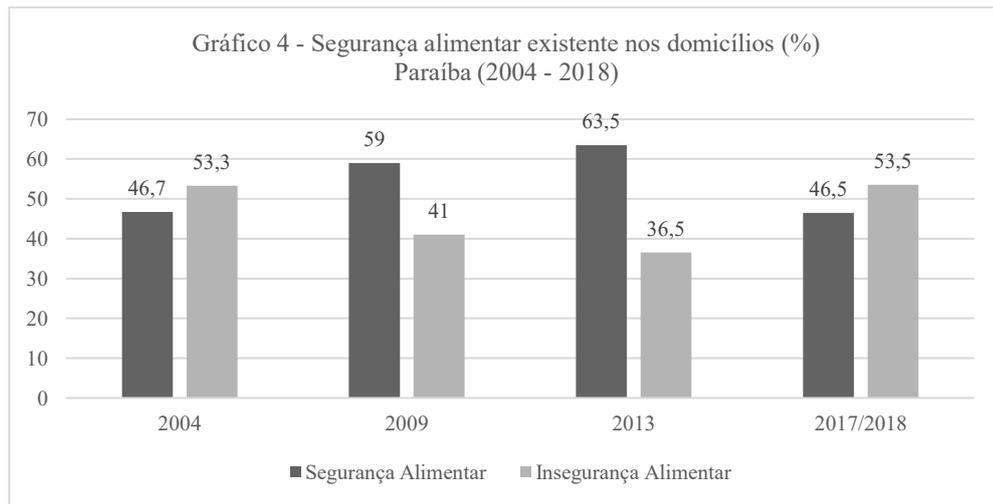
Diante do avanço das relações capitalistas no campo, e conseqüentemente da sujeição da renda da terra ao capital, a soberania alimentar defendida pelos movimentos sociais tem sido levada adiante por meio do enfrentamento cotidiano. As classes camponesas no estado da Paraíba, situadas no que podemos entender como periferia do capitalismo, têm construído a soberania alimentar a partir de um conjunto de lutas e organização política.

No primeiro momento, esse caminho inicia-se na busca pelo acesso à terra, pela realização da reforma agrária ou pela titulação de terras indígenas e quilombolas. Esse processo situa o sujeito social numa posição de enfrentamento e de formação política. É nesse contexto que a soberania alimentar pode ser incorporada na vida das famílias camponesas.

A história de algumas associações comunitárias, sindicatos rurais e movimentos sociais do campo no estado da Paraíba guarda um conjunto de experiências, projetos e ações que confluem para a compreensão que os direitos humanos à água, ao alimento e à terra são fundamentais e cruciais para a vida. Nesse sentido, esses grupos realizam um esforço em produzir alimentos sem agrotóxicos, salvaguardar as sementes crioulas, proteger a biodiversidade, cuidar de mananciais hídricos, combater a desigualdade social e de gênero e possibilitar acesso a alimentos diversos e de qualidade aos moradores do campo e da cidade.

Em diversos municípios do estado da Paraíba, encontramos exemplos dessas ações, como a formação de bancos de sementes comunitários para armazenamento de sementes crioulas para evitar contaminação causada pelas sementes transgênicas; realização de feiras agroecológicas para comercialização direta da produção camponesa; tecnologias de convivência com o semiárido, a partir da instalação de cisternas para abastecimento doméstico e irrigação; fornecimento de alimentos com boa qualidade nutricional para escolas públicas através do PNAE e doação de alimentos da agricultura camponesa para pessoas em situação de vulnerabilidade via PAA (LIMA, 2017).

Todavia, conforme destacamos no item anterior, as atividades que são viabilizadas pelas políticas públicas foram diretamente prejudicadas pelos cortes dos recursos. Além disso, as pressões para mudar regras e normas que beneficiam atividades dos camponeses, podem inviabilizar a sua manutenção. Por sua vez, as iniciativas que congregam maior autonomia camponesa podem ser mais resilientes, mas também não ficam imunes à falta de apoio do Estado. Desse modo, com essa conjuntura, o estado da Paraíba viu declinar seus indicadores de segurança alimentar, conforme representado no gráfico 4.

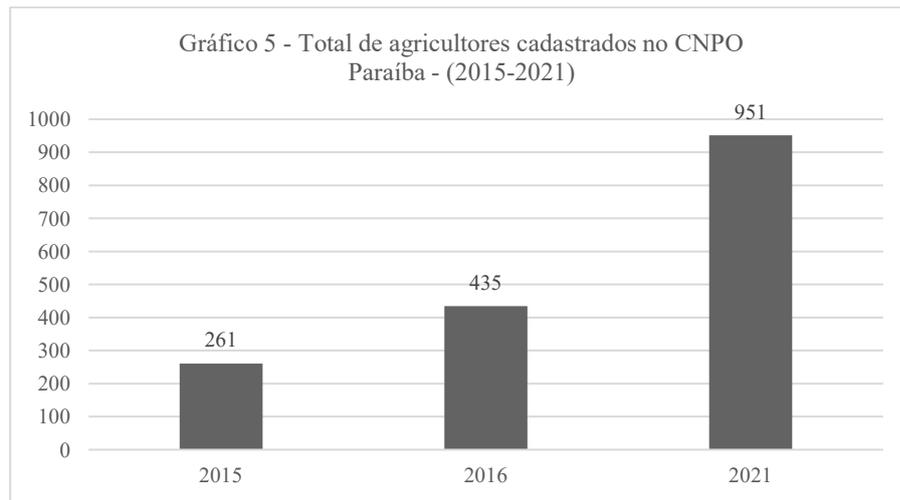


Fonte: IBGE PNAD/POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares. Organização: (Autora, 2021).

Entre os anos de 2017 e 2018, mais da metade dos domicílios na Paraíba apresentaram alguma forma de insegurança alimentar. O percentual de famílias afetadas por essa situação ficou acima da média nacional do país (36,7%) e do Nordeste (50,3%), sendo o maior percentual desde 2004.

Esses dados indicam que os recursos destinados às políticas públicas de fortalecimento do campesinato são relevantes para a melhoria dos indicadores de segurança alimentar no estado da Paraíba. Desse modo, o corte de recursos e o desmonte das instituições colaboraram para agravar as condições de acesso à alimentação adequada.

No tocante à produção orgânica ou agroecológica certificada, que agrega camponeses cuja produção, em geral, diferencia-se do padrão convencional, o estado apresentou um aumento de agricultores no Cadastro Nacional de Produtores de Orgânicos, conforme representado no gráfico 5.



Fonte: CNPO (12/2015, 12/2016, 06/2021). Organização: Autora, 2021.

Entre 2016 e 2021, a certificação por auditoria cresceu 315% no estado, enquanto a certificação por sistema participativo de garantia (OPAC) e controle social na venda direta (OCS) cresceram 190%. O crescimento dos cadastros por auditoria relacionou-se principalmente à produção do algodão orgânico, enquanto o crescimento nas modalidades OCS e OPAC é resultado de diversas associações camponesas que passaram a integrar o cadastro, com destaque para a Associação de Certificação Participativa dos Produtores Agroecológicos do Cariri Paraibano - ACEPAC, Associação dos Agricultores Familiares Agroecológicos de Monteiro – AAFAM, Associação Comunidade Negra Senhor do Bonfim e Rede Borborema de Agroecologia. A maioria das associações existentes em 2016 permaneceu cadastrada em 2021, mantendo certa estabilidade do número de associados.

Desse modo, algumas associações, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, continuaram a realizar atividades que colaboram para a construção da soberania alimentar. Em 2021, alguns desses grupos celebraram vinte anos de existência, como a Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana – Ecovárzea e a Rede Ecoborborema. Nesse tempo, essas associações têm avançado na construção da soberania alimentar, através da produção de alimentos agroecológicos, proteção das sementes crioulas e criação de pontos de comercialização para levar alimentos de qualidade também para a população mais pobre, seja no campo, seja na cidade.

Nessa trajetória, diversas iniciativas têm buscado superar as adversidades e permitir a manutenção e melhoria das atividades. Dentre essas iniciativas, algumas associações camponesas têm utilizado ferramentas tecnológicas como canais de comercialização, estabelecendo uma relação direta entre produtores e consumidores, como a partir da comercialização pelo aplicativo *WhatsApp* e a criação de página eletrônica para comercialização dos alimentos, como realizado pela associação Ecovárzea. No site da associação, é possível escolher e pagar os produtos e retirá-los no local de funcionamento da feira⁴.

Um projeto executado pela rede de sindicatos rurais Polo da Borborema consistiu no beneficiamento do milho agroecológico para produção do fubá (farinha fina) e floção. Essa ação foi possível pelo longo trajeto de guarda e seleção de sementes crioulas realizadas pelos camponeses. A oferta desse tipo de alimento livre de transgênicos e agrotóxicos é reduzida no mercado paraibano, sendo uma alternativa importante para acesso de um alimento central na dieta dos nordestinos. As Quitandas da Borborema constituem-se em mais uma iniciativa de melhorar canais de comercialização, com a constituição de pontos fixos, muitas vezes dentro dos sindicatos rurais, para venda de uma variedade de produtos (ASPTA, 2021).

Nesse contexto, além de seguirem na consolidação de ações que fortalecem as comunidades territoriais, essas associações camponesas têm ofertado alimentos com elevada qualidade nutricional. Assim, pelas decisões estabelecidas em relação ao manejo agrícola (opção pela agroecologia), tipos de cultivos (variedades locais e não transgênicas) e formas de comercialização (venda direta), essas atividades apontam para caminhos de uma construção da soberania alimentar, no campo e na cidade.

Cabe destacar que os processos de monopolização do território e territorialização do capital se fazem presentes em algumas atividades camponesas inseridas na construção da soberania alimentar. Nesse contexto, ocorre principalmente a compra de produtos agrícolas por empresas do setor, geralmente para venda em redes de supermercados. Esse processo é contraditório, pois ao mesmo tempo que estimula o cultivo orgânico, condiciona novamente a produção camponesa aos interesses do mercado. Essa situação gera regularmente um escoamento maior de produtos e um possível incremento na renda

⁴ Página de comercialização de produtos da Ecovárzea: <https://ecovarzeapb.com/>

das famílias, o que possibilita a permanência no campo. Por outro lado, colabora para um maior controle dos preços, tipos de produtos e quantidades estabelecidos pelas empresas, criando uma relação de dependência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, compreendemos que o acesso à alimentação se constitui em um direito fundamental do ser humano, sendo a fome uma grave violação. A transformação do alimento em simples mercadoria tem causado crises sistemáticas, principalmente entre as populações mais vulneráveis.

As diferenças históricas que envolvem a inserção da segurança e da soberania alimentar na agenda política de estados, movimentos sociais, sociedade civil organizada e empresas permitem-nos compreender um conjunto de disputas, interesses e lutas em torno desses termos.

Os interesses privados de corporações atuam no sentido de estabelecer segurança jurídica para a implantação de seus projetos. Desse modo, exercem pressão para o estabelecimento de normas e legislações que facilitem sua atuação. Esse processo frequentemente esbarra nos interesses das classes camponesas que vivem nos territórios e são diretamente prejudicadas. Nas cidades, a população é afetada pela inflação dos alimentos, contaminação por agrotóxicos e diminuição da oferta de produtos frescos. Assim, a soberania alimentar aponta para a necessidade de uma construção conjunta, que reúna esforços do campo e da cidade.

A piora nos indicadores de segurança alimentar no Brasil, e em particular no estado da Paraíba, reflete os cortes governamentais em políticas públicas de combate à fome e a paralisação da reforma agrária. Nesse contexto, o orçamento público integra essa agenda de disputa, com graves prejuízos para aqueles que dependem desse recurso para as suas necessidades básicas.

Apesar dessa conjuntura, a produção camponesa segue sendo fundamental na produção agrícola, que garante o abastecimento alimentar das famílias brasileiras. Os exemplos apresentados de camponeses que integram a produção agroecológica na Paraíba

demonstram a existência de projetos que reforçam a importância da construção da soberania alimentar.

REFERÊNCIAS

ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. Semente transgênica invade o semiárido brasileiro. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/2012/12/01/semente-transgenica-invade-o-semiarido-brasileiro/>>. Acesso em: 05 jun. 2021.

ARANHA, Ana; FREITAS, Hélen. **Agrotóxicos são lançados de avião sobre crianças e comunidades em disputa por terra.** Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/05/agrotoxicos-sao-lancados-de-aviao-sobre-criancas-e-comunidades-em-disputa-por-terra/>. Acesso em: 06 maio 2021.

ASPTA. Quitandas da Borborema se consolidam como um imprescindível espaço de comercialização de alimentos agroecológicos nesta pandemia. Disponível em: <<http://aspta.org.br>> Acesso em: 12 jul. 2021.

ASPTA. Agricultores fazem balanço positivo da chegada do Fubá Agroecológico nas Feiras e outros mercados locais. <<http://aspta.org.br>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

ASPTA. Polo da Borborema lança o esperado Flocão da Paixão livre de transgenia e de agrotóxicos. <<http://aspta.org.br>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 156 p.

CARTA CAPITAL, 2021. **Fome atingiu 19 milhões de brasileiros em 2020, aponta pesquisa.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/fome-atingiu-19-milhoes-de-brasileiros-em-2020-aponta-pesquisa/?utm_source=leiamais>. Acesso em: 10 jul. 2021.

DANTAS, Saulo Lucio. **A territorialização da propriedade agrária no Litoral Sul da Paraíba:** estudo de caso sobre o assentamento popular Arcaño Belarmino. 2021. 175 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas – PPGDH, Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2021.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil.** Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 65 p.

IDEC. Cartilha: **Tem veneno nesse pacote.** 2021.

SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação.** Brasília: Ipea, 2014.

HOWARD, Albert. **Um testamento agrícola.** Editora: Expressão Popular, 2007.

LIMA, Aline Barboza de. **Camponeses e feiras agroecológicas no estado da Paraíba.** 2017. 413 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2017.

LIMA, Thiago, LOURENÇO, Erbenia, MENEZES, Henrique Zeferino. Ajuda alimentar internacional e organismos geneticamente modificados: o caso dos Estados Unidos In: LIMA, Thiago (org.). **Segurança Alimentar e relações internacionais.** João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 118 – 143.

MAGENTA, Matheus. 500 mil mortos por covid: 4 gráficos para comparar a tragédia do Brasil com a de outros países. **BBC.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57523633>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MILFORT, Milo. **O Haiti resiste a aceitar um "presente envenenado": sementes transgênicas.** sementes transgênicas. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/07/o-haiti-resiste-a-aceitar-um-presente-envenenado-sementes-transgenicas>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MPF. MPF recomenda que Incra-MG adote medidas para impedir usurpação de terras públicas federais Ministério Público Federal. Ministério Público Federal, 2021. Acesso em: 13 jul. 2021.

NICHOLSON, Paul. **Food Sovereignty: A Critical Dialogue.** New Haven, Connecticut: Transnational Institute - TNI, 2013. Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J8apjmw9MQM>. Acesso em: 01 jul. 2021.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Soberania Alimentar e Campesinato: disputas teóricas e territoriais. **Geographia**, Niterói, v. 33, n. 17, p.177-204, ago. 2015. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/>>. Acesso em: 07 set. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira.** São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 545p. Disponível em: <<http://agraria.fflch.usp.br/node/33>>. Acesso em: 04/03/2017.

_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri et al (Org.). **Novos Caminhos da Geografia.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007. Cap. 4. p. 63-110. (Caminhos da Geografia).

OLIVEIRA, Cida de. **Ação contra fabricantes do Agente Laranja atinge poder militar dos EUA.** 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2021/02/acao-contra-fabricantes-do-agente-laranja-atinge-poder-militar-dos-eua/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

RECLUS, Élisée. **O homem e a terra: a cultura e a propriedade.** São Paulo: Expressão e Arte, Editora Imaginário, 2010. Tradução: Plínio Augusto Coelho.

SHANIN, Teodor. **Food Sovereignty: A Critical Dialogue.** New Haven, Connecticut: Transnational Institute - TNI, 2013. Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J8apjmw9MQM>. Acesso em: 01 jul. 2021.

TEIXEIRA, Marco Antonio *et al.* **Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil.** Berlin: Food For Justice Working Paper Series, No. 4. Berlin: Food For Justice: Power, Politics, And Food Inequalities In A Bioeconomy, 2021.

TOOGE, Rikardy. **Por que produtores já estão vendendo a soja que só vai ser colhida em 2022.** Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/08/14/por-que-agricultores-estao-ja-estao-vendendo-a-soja-que-so-vai-ser-colhida-em-2022.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2021.

VIA CAMPESINA. ***Twenty-Five Years of Envisioning Food Sovereignty: Celebrating Diversity, Resilience, and Transforming the Society.*** 2021. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/twenty-five-years-of-envisioning-food-sovereignty-celebrating-diversity-resilience-and-transforming-the-society/>. Acesso em: 03 jul. 2021

Aline Barboza de Lima

É professora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) na Unidade Acadêmica de Geografia (UAG). Tem experiência na área de Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: camponês, agroecologia, território, assentamentos rurais e políticas públicas de combate à pobreza rural.

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-6795-6264>

Email: alinelima.ufcg@gmail.com

Artigo recebido em 15/07/2021 e aceito em 19/08/2021